

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO



**AUH5867 - HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA CIDADE:**

**TEORIA E MÉTODO**

*Profa. Dra. Ana Claudia Veiga de Castro*  
*Profa. Dra. Joana Mello de Carvalho e Silva*

*aluna. Clarissa de Almeida Paulillo*

*n° USP 3123701*

## **resumo**

O presente trabalho pretende analisar como a planta residencial e a representação da rede de saneamento na cidade podem servir como fontes documentais para compreender as transformações da moradia paulistana, a partir da implantação das redes de infraestrutura sanitária na cidade de São Paulo no final do século XIX. A entrada dos serviços de água e esgoto nas residências propiciou uma nova organização do espaço e da vida doméstica, sobretudo na definição de um novo ambiente - o banheiro. A articulação com o meio urbano, por meio do aparelhamento técnico das redes de saneamento, tornou a casa parte integrante da cidade, não sendo mais possível compreendê-la sem levar em conta a sua inserção no território. Dessa maneira, o cruzamento entre as tipologias documentais - planta da habitação e planta da cidade - podem trazer possibilidades de leituras sobre um mesmo fenômeno em diferentes escalas de atuação.

## **palavras-chave**

Saneamento urbano; São Paulo; Habitação; Banheiro.

## **introdução**

Estudar as transformações do espaço doméstico em São Paulo, na passagem do século XIX para o XX, é, antes de tudo, compreender as novas relações que a moradia estabelece com o espaço urbano no qual ela se insere. As novas formas de uso da habitação, com origem nas sociedades urbano-industriais, são reformuladas justamente quando surgem na cidade os modos de produção ligados à nova conjuntura econômica internacional. A reconfiguração da cidade sob as premissas sanitárias faz parte do projeto de modernização, e implica em transformações nos

diferentes âmbitos do espaço. A implantação das redes de água e esgotos é uma das principais interferências dessa natureza, impondo mudanças no arranjo e na relação que a sociedade e indivíduo vão estabelecer tanto com o espaço urbano quanto com o doméstico.

Conforme comentam diversos autores (*BÉGUIN, 1991; CORREIA, 2004*), o 'habitat' é a definição da moradia enquanto parte integrante da cidade, e uma das formas de se obter essa articulação é por meio do aparelhamento técnico que conecta, através de redes, o espaço doméstico ao espaço urbano. Com intuito de compreender essa nova relação e o impacto das redes de infraestruturas sanitárias nos modos de morar, foram escolhidos dois conjuntos de fontes documentais que visam abarcar esses diferentes níveis da realidade, a fim de obter uma compreensão mais ampla sobre os novos espaços e seus agenciamentos.

A escolha inicial do corpus documental foram as plantas residenciais do final do século XIX e início do XX. Chamou a atenção logo no primeiro contato o surgimento de um novo elemento naqueles projetos - o cômodo do banheiro. Se a relação com a chegada das redes de água e esgoto é evidente, a sua consolidação enquanto espaço não é tão direta assim, da mesma forma que não eram tão claras as práticas de higiene que esse ambiente pressupunha.

As plantas consultadas fizeram com que a própria tipologia documental apontasse caminhos e hipóteses iniciais de trabalho que, apoiadas pela revisão da bibliografia, ajudaram na definição do escopo da pesquisa. Contudo, essa fonte não era suficiente diante da necessidade de compreender o espaço da casa em seu contexto urbano, mobilizando assim um segundo tipo de documentação: as plantas da cidade. Como o interesse é o viés sanitário e as redes de infraestrutura, foram elegidas as representações que indicassem as redes de saneamento.

Como método de análise, percebeu-se que não apenas o exame das fontes isoladamente, como o cruzamento entre elas seria necessário para se obter a compreensão mais abrangente e articulada desses dois níveis de realidade que se pretendia estudar.

### ***redes de saneamento e o espaço urbano***

A implantação das redes infraestruturais de saneamento - água e esgoto - faz parte do projeto de modernização da cidade de São Paulo e tem origem na segunda metade do século XIX, período marcado por grandes transformações no território. O rápido crescimento promovido pela ascensão de uma economia capitalista de exportação, baseada na monocultura cafeeira e na mão-de-obra assalariada, foi fator fundamental para a explosão populacional, a diversificação e a expansão das atividades comerciais. A cidade passou a ser objeto de especulação imobiliária, acelerando a vinculação do lote urbano ao sistema de redes de infraestrutura que contava com a linha férrea, implantada em 1867, e o sistema de abastecimento de energia, promovidos por companhias estrangeiras.

Com o crescimento da cidade, os serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos tornavam-se prioridade nas agendas dos governantes, sobretudo diante dos problemas de saneamento que acompanhavam o intenso processo de urbanização. Ainda durante o Império, foram elaborados planos de captação das águas da serra da Cantareira para conceder à iniciativa privada o privilégio de exploração do fornecimento de água e esgoto para a cidade. Em 1877, foi organizada a Companhia Cantareira e Esgotos que adquiriu o privilégio do serviço por 70 anos, contanto que se efetivasse a desejada expansão do sistema de abastecimento.

No entanto, nos anos que se seguiram, foram constantes os problemas de provisão de água e atrasos na execução de obras, resultando em uma profunda crise que levou ao rompimento do contrato em 1892 e a encampação da empresa pelo governo no ano seguinte. A antiga sociedade foi então transformada em órgão da administração do Estado, sob a denominação de Repartição Técnica de Águas e Esgotos da Capital (RAE) - Decreto 152 - 31 de janeiro de 1893. A interferência estatal se alinhava às prerrogativas político-administrativas do novo governo republicano que vislumbrava no sistema de saneamento um dos principais meios de efetivação da política

sanitarista, fundamental para a expansão urbana da capital e a sua adequação aos novos modos de produção.

A criação da RAE é o marco inicial da pesquisa, justamente quando foi produzido um dos conjuntos de plantas escolhidas para análise, com a representação da distribuição do serviço de saneamento em São Paulo. Tratam-se de peças gráficas elaboradas em 1893 e 1894, que mostram desde as redes de água e esgoto existentes no perímetro da capital, até o projeto de novas redes de esgoto em bairros específicos. O material data do mesmo período de uma série de outros desenhos relativos a levantamentos e projetos de canalização de cursos d'água, construção de adutoras, galerias de águas pluviais, entre outros tantos, revelando assim o propósito que se tinha na intervenção do sistema de saneamento da cidade (como um todo).

A planta geral da cidade (1894), assim como os desenhos referidos, encontram-se na seção de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, e foram consultados pessoalmente. A planta está em escala 1:5000, o que corresponde a um nível bastante aproximado do território, em que podem ser vistas com detalhe as representações das redes de saneamento, cursos d'água, ruas, quadras, lotes etc. Por abranger todo o município, a peça tem grandes dimensões, tendo sido provavelmente executada para ser fixada na parede ou em algum outro suporte que a deixava permanentemente disponível para consulta.

Já as plantas específicas dos bairros - Santa Cecília e Vila Buarque (1893), Consolação, Bom Retiro, Campos Elíseos, Luz e Liberdade (todas de 1894) - estão acessíveis no repositório digital do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Interessante notar que todas apresentam os mesmos assuntos, títulos e legendas (o novo sistema de esgoto e o cadastro de prédios servidos), inferindo-se assim que tenham sido produzidas em conjunto. Assim como a planta geral, a escala empregada é 1:5000, podendo-se visualizar as vias com a rede de esgotamento e as ligações com os lotes e edifícios.

A produção desse grupo de plantas provavelmente está relacionada ao período que se iniciaram os investimentos do Estado nas obras de saneamento da RAE na capital paulista. Embora grandiosas, não foram suficientes para acompanhar as constantes

estiagens e o acelerado processo de urbanização da cidade, que impunham a urgência da busca de novos mananciais para abastecimento e de esforços conjuntos com a municipalidade no controle do território. Tais requisitos, associados à crescente demanda intensificada pelo surto demográfico daqueles anos, certamente influenciaram a evolução rápida dos trabalhos do órgão. De fato, comparado com o desempenho da antiga Companhia Cantareira, as obras da RAE conseguiram atingir resultados bastante positivos, como a elevação do suprimento diário de água a quase 223 litros/ habitante - em contraposição aos 23 litros/habitante das antigas canalizações em 1891 - para uma população que atingia 140 mil habitantes (BERNARDINI, 2007, p. 302).

Vale lembrar que 1894 é também o ano de promulgação do primeiro Código Sanitário Estadual (decreto 233, de 2 de março de 1894) que, assim como a implantação do sistema de saneamento, servia de instrumento estatal no disciplinamento do arranjo espacial urbano. A regulamentação legal visava, entre tantas medidas, a institucionalização do abastecimento privatizado e domiciliar da água, como pode ser vista nas normativas referentes à instalação de hidrômetros nas residências. Tal exigência vinha acompanhada pela ação já recorrente de destruição dos chafarizes públicos (desde os tempos da Companhia Cantareira), como forma de obrigar a população a conectar seus imóveis às redes urbanas e pagar pelos serviços. Era essencial criar fundos para os investimentos futuros do próprio sistema, além de permitir que novos loteamentos já contassem com os melhoramentos urbanos para incentivar a expansão do território.

Uma série de "medidas de excelência" foi definida, com objetivo claro de ampliação das redes, sobretudo na área delimitada pelo perímetro urbano - definida pela legislação municipal - onde os loteamentos teriam preferência na instalação das redes de infraestrutura, a despeito da zona rural (ou em processo de urbanização) que permaneceria sem melhoramentos urbanos. Nesse caso, o Código permitia a instalação de fossas fixas e poços ou cisternas, ainda que determinasse para toda a cidade a boa prática sanitária, sem a qual não seria permitida a urbanização. Apesar do arrojo de um código que se dizia alinhado aos preceitos mais modernos de higiene e engenharia sanitária, a tolerância a métodos tidos como pouco salubres evidencia a

incapacidade do próprio Estado em prover saneamento para toda a capital. Soma-se a isso, o fato dessas áreas fora do perímetro já estarem em processo de ocupação, sobretudo pelos segmentos mais pobres da população, já que eram zonas onde não existia a cobrança de impostos, conforme a lei nº64 (1893) do município e a própria legislação permitia construção de cortiços, habitações coletivas e vilas operárias.

Observa-se, dessa forma, que tanto a instância estadual quanto a municipal não conseguiam controlar o intenso processo de urbanização, realizado sobretudo pelas iniciativas particulares. Cabe destacar que a cidade passava nesse decênio por um incremento demográfico sem precedentes, sobretudo em virtude do surto imigratório, passando de 65 mil habitantes em 1890 para 240 mil em 1900 (LEMONS, 1999). Ainda que o aumento da extensão da rede tenha sido significativo, o número de instalações domiciliares não acompanhava proporcionalmente o crescimento da população.

Diante desse quadro de transformações, torna-se interessante analisar um segundo momento referente à expansão dos serviços de saneamento promovido pela RAE.

Para tanto, foi escolhido um outro conjunto de plantas acessível para consulta, também disponível na seção de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Tratam-se das plantas da cidade de São Paulo com as redes de água e esgoto, produzidas pela RAE nos anos 1900 e 1901, na escala 1:20000. Nesse material, a visão é mais geral que as plantas de 1893-1894, mas ainda é possível visualizar as ruas com a tubulação, os principais cursos d'água, a linha férrea etc.

O primeiro ponto interessante a notar é que as plantas do ano de 1900 tratam dos sistemas de água e esgoto separadamente, o que mostra a existência da subdivisão em seções de água e esgotos. Nelas aparecem as redes existentes e projetadas sobre a malha urbana, podendo se ter uma ideia da extensão dos serviços naquele período. No entanto, ao se comparar com outra planta geral da cidade da mesma escala, cuja temática não perpassava a abrangência da rede infraestrutural, notou-se que os limites representados pela RAE não contemplavam todas as áreas do município. Na verdade, das peças semelhantes pesquisadas, apenas o modelo organizado por Gomes Cardim, em 1897, apresenta o registro dos "limites extraordinariamente expandidos" da

cidade, mostrando a verdadeira explosão urbana ocorrida na última década do século XIX.

Dessa maneira, aproveitando a equivalência da escala, optou-se pela montagem de uma nova peça gráfica, em que haveria uma sobreposição das plantas produzidas pela RAE, tomando-se por base a planta de Gomes Cardim.



**Figura 1 - Planta Geral da cidade de São Paulo com as redes de água e esgoto - 1900.**

fontes. ROLNIK (2003); *Plantas Geral da cidade de São Paulo com as redes de água e esgoto, Repartição de Águas e Esgotos, 1900. Escala 1:20.000.*

Originais disponíveis no Acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade - Seção de Obras Raras.

*Planta Geral da Capital de São Paulo, organizada Gomes Cardim, 1897, escala 1:20.000. Disponível em Biblioteca Nacional Digital*

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart71701/cart71701.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart71701/cart71701.html). Acesso em 29/12/2015.

O cruzamento entre a planta base e as plantas de água e esgoto permitiu leitura mais correta sobre a abrangência do sistema de saneamento na cidade. Ao analisar as



plantas do sistema de água e esgoto separadamente, a tendência é interpretar que a área desprovida de infraestrutura é muito menor, enquanto que a sobreposição permite uma visão mais "realística". Como já notado anteriormente, embora estejam fora do perímetro urbano (definido na Lei nº 64), boa parte das áreas destituídas das redes já encontravam-se loteadas e provavelmente ocupadas pelas populações menos favorecidas.

Outro ponto que chama a atenção é a cobertura maior da rede de água em relação à de esgoto. Ainda que aparentemente não seja tanta a diferença, a sobreposição permite visualizar que o fornecimento de um serviço não estava necessariamente ligado ao outro, como se operassem de forma independente. Embora o Código Sanitário de 1894 exigisse que as redes infraestruturais de saneamento funcionassem como um sistema, o que incluía também a drenagem urbana, a articulação entre as redes nem sempre ocorria, acarretando um descompasso entre o fornecimento de água e a captação dos esgotos. Em virtude dos altos custos e, ao mesmo tempo, da complexidade das soluções - exigida pelas inspetorias sanitárias - a rede de esgotamento estava sempre em defasagem, tanto pela cobertura quanto pela precariedade das instalações.

Se as plantas de 1900 evidenciam a disparidade entre as áreas 'providas' e 'desprovidas' das redes de saneamento, a outra planta encontrada no acervo, datada de 1901, nos sugere que a área coberta pela rede de esgotos não é homogênea, existindo diferenças nos serviços entre os distritos.

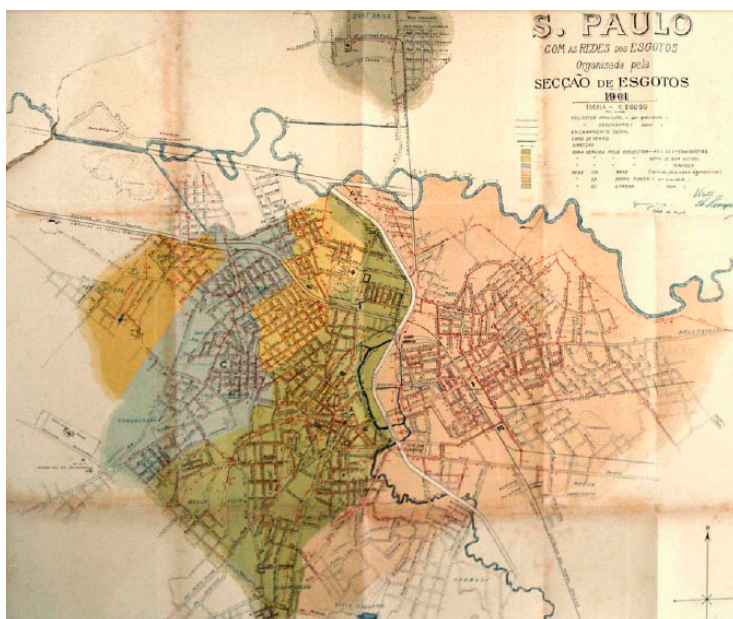


Figura 2 - **Planta da cidade de São Paulo com as redes de esgoto organizada pela Seção de Esgotos - 1901.** Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo. Escala 1: 20.000.

Fontes. BERNARDINI (2007); Original disponível no acervo: Biblioteca Municipal Mário de Andrade - Seção de Obras Raras. Até 1896, havia duas redes coletoras - uma na parte central, pela canalização da extinta Companhia Cantareira (cor verde) e uma parte nova, construída pela RAE denominada de Santa Cecília (cor azul). A partir de 1900, surge a Rede da Barra Funda (cor amarelo escuro) servia 'por gravidade' aos novos bairros de Perdizes, Higienópolis e parte da Barra Funda, e a Rede do Brás (cor salmão), 'servida por Casa das Machinas', engloba a área do Glicério e toda grande área do lado direito do Tamanduateí.

De fato, como sugere a literatura estudada (ROLNIK, 2003; BERNARDINI, 2007), desde a encampação da Companhia da Cantareira, havia uma separação intencional entre a cidade dita 'civilizada e salubre' e a cidade precária. Se o Código Sanitário já regulamentava uma condição que não era a ideal (a construção tolerada de fossas e cisternas), a RAE consolidava a disparidade ao estabelecer divisões, ainda que fossem segundo critérios de caráter técnico, como a topografia e a existência de cursos d'água de captação e despejo.

As regiões de Santa Cecília, Campos Elíseos, Bom Retiro, Luz já tinham coletor principal construído pela RAE desde 1893, integrando-se posteriormente os bairros da Consolação e Vila Buarque, e diversas ruas de Higienópolis, em um sistema com lançamento dos efluentes direto no Rio Tietê. Já os bairros da Liberdade e Bela Vista,

tiveram em 1893 apenas os alinhamentos e nivelamentos demarcados para organização dos projetos, pois dependiam da construção de coletores principais nos córregos Anhangabaú, Bexiga e Saracura. A obra, concluída em parte em 1895, integrou os bairros ao perímetro coberto pela rede de esgotos, e transformou o córrego Anhangabaú em galeria de esgoto e drenagem, sem nenhuma separação (BERNARDINI, 2007, p. 354).

No trabalho de Bernardini (2007), é possível encontrar trechos dos relatórios da RAE em que constam informações relevantes acerca das dificuldades que técnicos e população enfrentavam com a rede de esgotos<sup>1</sup>. Segundo a documentação, no período entre finais do século XIX e início do XX, tanto as redes mais antigas (Companhia Cantareira e Santa Cecília) como as mais novas (Barra Funda e Brás) apresentavam sérios problemas de distribuição. A densificação desses bairros dificultava o estabelecimento de cálculos precisos para instalação das redes e atrasava as obras ou tornava-as rapidamente insuficientes. A falta de recursos era uma constante, assim como problemas técnicos, sobretudo nas áreas de várzeas dos bairros do Brás, Mooca, Bom Retiro e Barra Funda que sofriam em tempos de cheia para instalação da rede de esgotos sem um sistema de elevação.

Ainda segundo o autor, as dificuldades na instalação e manutenção da rede de esgotos eram inúmeras, principalmente por medidas ignoradas nesses primeiros anos de obras da RAE, como a elevação da rede, a separação das águas pluviais e a depuração para o lançamento nos cursos d'água. "*O resultado eram os constantes acidentes com a rede, principalmente no verão, que sobrecarregada, rompia-se ou refluía os resíduos para o interior das construções*" (BERNARDINI, 2007, p. 356). A RAE passou então a exigir para os novos arrabaldes o sistema de separação absoluta já que para os bairros já consolidados o problema estava generalizado. No entanto, como ocorreu nas novas redes de Santana e parte baixa da Barra Funda, os efluentes ainda eram lançados diretamente nos cursos d'água - no caso, o córrego Carandiru e rio Tietê, respectivamente.

---

<sup>1</sup> Notar que a combinação com outras fontes documentais - no caso, os relatórios - pode ser bastante produtivo no entendimento da problemática.

O que se viu é que o desenvolvimento da rede deixou não só de acompanhar a abertura de novos loteamentos, como também não contou com o aparato necessário a um bom sistema de esgotamento sanitário. A cobertura das plantas (*figuras 1 e 2*) não revelava as lacunas e os problemas do sistema presentes no seu interior, não só pela presença de setores não cobertos, como, principalmente, pelos defeitos do mesmo. Os investimentos em infraestrutura tentavam acompanhar a mancha urbana, mas acabavam por privilegiar as áreas que receberiam os maiores investimentos imobiliários. Os recursos escassos das zonas fora do circuito principal deixavam de implementar um sistema completo que contasse com instalação de emissários e coletores, estações elevatórias e depuradoras, e a separação absoluta das águas pluviais para evitar a sobrecarga das galerias de drenagem e a poluição dos córregos e importantes rios que cortavam a cidade (*BERNARDINI, 2007, p. 362*).

Dessa maneira, não é por coincidência que a extensão das redes de água e esgoto (*figura 1*), e sua maior complexidade (*figura 2*), estejam concentradas nas áreas mais valorizadas da cidade, justamente nos bairros da nova burguesia paulistana, o que configurava o início de um processo de segregação social na cidade, assunto extensamente debatido na bibliografia sobre a urbanização de São Paulo<sup>2</sup>.

### ***redes de saneamento e o espaço doméstico***

Tendo em vista o contexto urbano, pretende-se analisar as relações entre as transformações do espaço doméstico e a implantação da rede de saneamento em São Paulo. O intuito é aproximar a escala e verificar como a divisão da cidade "salubre" e "precária" se desenrola na habitação, mais especificamente no agenciamento espacial interno.

---

<sup>2</sup> Ver *ROLNIK, 2003; BONDUKI, 1998; SAMPAIO, 1994*.

Para tanto, foi pensado em estabelecer o confronto entre as plantas de saneamento, apresentadas anteriormente, com as plantas das tipologias residenciais produzidas no mesmo período. Recorreu-se assim aos projetos anexados aos pedidos de autorização para novas construções de moradias junto à prefeitura, disponíveis no Fundo de Obras Particulares do Arquivo Histórico Washington Luís, da Prefeitura Municipal de São Paulo. Lá encontram-se projetos desde 1893, quando a Lei Municipal nº 38, de 24/05/1893, tornou obrigatória a apresentação de planta para o processo de aprovação. Estão acessíveis os projetos até 1923, sendo que as plantas de 1893-1904 estão encadernadas em volumes, as de 1905-1915 digitalizadas, e as de 1916-1923, estão avulsas em caixas de arquivo.

Alguns estudos já levantaram e analisaram o material disponível, com destaque para a sistematização realizada por Carlos Lemos (1999). O autor e sua equipe trabalharam com o período entre 1893-1907, no qual mais de 3 mil processos foram arrolados. Tal quantidade, como nota o autor, não corresponde evidentemente à totalidade das casas construídas na cidade naquele período. Acredita-se que muitas eram clandestinas, sendo mais tarde regularizadas administrativamente, ou estavam localizadas fora do perímetro urbano fiscalizado. De qualquer forma, a amostragem é bastante válida para identificar a variedade de soluções adotadas, especialmente por tratarem-se de

*(...) projetos variadíssimos saídos de escritórios de conhecidos arquitetos ou engenheiros da cidade; riscos de empreiteiros italianos e portugueses, especialmente plantas de singelo desenho elaborados pelos próprios proprietários de poucos recursos que não explicavam como seriam levantadas suas moradas. casas de todos os tamanhos, desde as de três cômodos, ditas operárias, até as enormes, com dependências descomunais. (LEMOS, 1999, P. 32)*

Para conseguir analisar o impacto da implantação das redes de saneamento no espaço doméstico, torna-se necessário o contato e o trabalho com as plantas de maneira seriada, a fim de visualizar permanências e mudanças no programa de necessidades, sobretudo no cômodo mais transformado por essa tecnologia - o banheiro. Na

verdade, muito além de transformado, o banheiro tal como é conhecido surge nesse momento, ao concentrar atividades que antes ficavam dispersas pela moradia ou, ainda, eram realizadas fora dela (ou sequer eram realizadas)<sup>3</sup>.

O primeiro desafio no contato com a documentação era estabelecer os critérios de busca, já que a grande quantidade de projetos, aliada ao tempo de pesquisa, impunham a necessidade de escolhas. Optou-se então pela análise das plantas cujos processos haviam entrado nas mesmas datas da elaboração das plantas de saneamento da RAE, a fim de confrontar de maneira direta a relação entre a rede urbana e a moradia, tanto em seu programa de necessidades quanto configuração espacial. Ao cruzar as informações sobre a localidade do projeto (rua, número, bairro, distrito) e a cobertura da rede de infraestrutura, verifica-se com maior acuidade quanto o agenciamento do espaço doméstico estava submetido às condições de saneamento oferecidos pelo meio urbano.

Se a relação parece evidente e óbvia, o confronto entre as fontes (plantas das redes e as plantas residenciais) possibilita novas entradas de análise ao revelar diversos aspectos peculiares do processo de implantação das redes e da transformação das moradias em São Paulo. O que significa, em última instância, outras oportunidades de se compreender como a imposição dos imperativos de higiene e salubridade se estabeleceram no modo de vida da população paulistana.

Tomando como referência o mapa produzido a partir das plantas da RAE de 1900 e 1901, iniciou-se o levantamento das plantas cujos processos datassem desse mesmo período. Vale ressaltar que os anos escolhidos também podem oferecer uma amostragem interessante, uma vez que já havia surtido o efeito dos primeiros investimentos do governo em obras de infraestrutura sanitária, além da cidade já ter passado pelo seu primeiro surto de crescimento.

---

<sup>3</sup> Vale a pena notar que muitas das atividades eram realizadas no espaço público, como o banho (em rios ou em casas de banho) e o abastecimento de água, realizado nos chafarizes Para maiores informações ver SANT'ANNA, 2007.

Dessa maneira, a fim de qualificar de modo mais preciso a fonte documental, foram definidos alguns quesitos para anotação que vislumbravam algum potencial de análise, tais como:

- localização da residência (distrito, logradouro);
- tipo de solicitação, finalidade do projeto (construção ou reforma);
- resposta da diretoria da 'seção de obras';
- agentes envolvidos - construtores, engenheiros, arquitetos, advogados, proprietários e interessados;

Além, é claro, do estudo do programa da habitação (número de cômodos, distribuição, setorização), examinando a presença do banheiro, mais especificamente:

- localização dentro da casa;
- dimensão/ tamanho;
- denominação do cômodo;
- indicação de equipamento ou acabamento;
- quantidade de aberturas/vãos;
- relação com os demais compartimentos da habitação - tanto no aspecto da circulação, quanto na proporção da área projetada;

Nos casos em que se nota a ausência do banheiro, os mesmos critérios relativos à solicitação e ao programa da casa são aplicados, uma vez que interessa da mesma forma verificar onde e como se dá a não adesão às modernas modalidades do programa da moradia.

Como a busca no acervo é feita pelos nomes dos logradouros, a primeira questão relativa à localidade dos projetos surgiu já no contato e organização dos documentos. Por se tratar de solicitações para aprovação de construção (ou reforma), é preciso considerar que a maioria dos projetos se insere naquilo que a bibliografia já apontava como 'cidade legal' (ROLNIK, 2003). E de fato, não por coincidência, a cobertura da rede de saneamento se concentra nessa porção da cidade, tornando assim válido o levantamento desses projetos para finalidade da pesquisa.

Após uma primeira listagem (com cerca de 50 plantas), a providência seguinte foi referenciar as informações sobre a localidade no mapa produzido (*figura 1*), constatando-

se que, de fato, a maioria dos projetos para aprovação encontrava-se na área coberta pela rede de saneamento (cerca de 80% da amostragem). Na sequência, verificou-se a solução adotada em relação ao programa e espaço, analisando mais detalhadamente o cômodo do banheiro a partir de informações como dimensão, denominação indicada e localização dentro da habitação.

Cerca de um terço dos projetos não possui o cômodo ou qualquer referência a instalações sanitárias, enquanto que os demais apresentam organizações que variam entre a dependência totalmente descolada do corpo principal da habitação - a 'casinha' no quintal (*tipo A*), a contígua à cozinha com acesso externo e independente (*tipo B*), e aquela já integrada ao edifício (*tipo C*). Nesse último caso, a ligação se dava quase sempre por algum cômodo de serviço (cozinha, despensa), de distribuição e passagem, ou de sobreposição de funções ('varanda').



Sem banheiro

**TIPO A** (banh. ext.)

**TIPO B** (banh. junto à casa, acesso externo)

**TIPO C** (banh. integrado, acesso interno)

Figura 3. **Modelos de plantas.**



A dimensão varia conforme a posição - nas tipologias externas são sempre exíguas, enquanto que as internas tendem a ser maiores, algumas até mesmo com área igual à da cozinha. O tamanho corresponde às funções que se desempenham no espaço que, enquanto esteve fora, limitava-se a abrigar a latrina, e quando adentrou, passou a receber outras atividades de limpeza, higiene e até mesmo *toilette*. Isso se reflete também nas diversas denominações do ambiente - "latrina", "W.C.", "banho", "quarto de banho" - sendo bastante comum a ocorrência de dois termos grifados juntos, como "banho e W.C.", explicitando que o local estava destinado a receber mais de uma atividade. Certamente, como a revisão da bibliografia<sup>4</sup> revelou, foi a conveniência de concentrar o encanamento dos fluidos num mesmo espaço que juntou as diferentes práticas de higiene, originando o banheiro tal qual conhecemos hoje.

Outros quesitos verificados nos desenhos foi a anotação de vãos e aberturas, assim como de equipamentos e acabamentos. Enquanto esteve do lado de fora, dificilmente o projeto do cômodo apresentava janela ou qualquer indicação de abertura além da porta, situação diferente de quando estava dentro. Vale notar que em muitos casos de banheiro interno, a moradia era dotada de uma área maior e de recuos laterais que permitiam tal recurso. Sobre a representação de equipamentos nas plantas, um número considerável de 'latrinas' aparece, mesmo nos cômodos externos e exíguos. Já nos banheiros mais espaçosos, pertencentes a moradias maiores ou com programas mais complexos<sup>5</sup>, não era rara a notação de banheira, sempre com mesmo desenho provavelmente produzido com auxílio de um gabarito, assim como a indicação da latrina. Não por coincidência, nesses projetos vinham o carimbo ou a assinatura de um profissional ou escritório do campo da construção, geralmente intitulado arquiteto-construtor.

---

<sup>4</sup> Ver bibliografia que discorrem sobre a moradia brasileira - LEMOS, 1999; HOMEM, 1993. Sobre o banheiro especificamente, ver VIGARELLO, 1996; ELEB, 1995; GIEDION, 1978.

<sup>5</sup> Nessa primeira análise, optou-se por não classificar as moradias por grupo social, apenas verificar sua metragem e a complexidade do programa.

Dessa maneira, vale ressaltar um outro aspecto relativo às informações coletadas, como a finalidade e os agentes envolvidos nos projetos. As solicitações especificavam a intenção de construir ou reformar, assim como o nome do proprietário do imóvel e, eventualmente, do profissional da construção. A assinatura do requerimento poderia ser do proprietário ou de outro interessado, como o responsável pela construção.

Chama a atenção a ocorrência de reformas, que na verdade eram ampliações de imóveis já existentes, muitos dos quais armazéns ou estabelecimentos comerciais solicitando a construção de dois ou três cômodos (intitulados de quarto e cozinha) e em alguns casos também o banheiro, quando a região era provida de saneamento<sup>6</sup>.

Interessante pensar que tanto no caso de uso misto ou residencial, o pedido de aprovação para reforma poderia visar a adequação do edifício existente a uma modalidade mais moderna ou simplesmente regularizar uma ampliação já ocorrida, o que poderia explicar o porquê de alguns casos o projeto não incluir banheiro, ainda que estivesse situado em área coberta pela rede de infraestrutura.

Ainda em relação à finalidade da construção, alguns pedidos apresentavam mais de uma unidade de moradia no mesmo terreno, com tipologias idênticas ou bem próximas, presumindo-se que fossem destinadas ao mercado de aluguel. Nesses casos, a presença do cômodo do banheiro era um diferencial, como podem ser vistos nos anúncios de jornal<sup>7</sup> que divulgavam a oferta de casas para locação, provavelmente para um público mais favorecido, em virtude dos altos custos de instalação e manutenção do equipamento sanitário.

Finalmente, o último tópico examinado refere-se à resposta ao pedido emitida pela prefeitura. Geralmente assinada pelo diretor da seção de obras, a autorização vinha acompanhada de um parecer com observações diversas, dentre as quais havia sempre as relativas ao atendimento da legislação. Nesse sentido, cabe ressaltar a natureza da

---

<sup>6</sup> Nota-se que grande parte desses projetos situavam-se na área central - no triângulo e suas adjacências - ou no distrito do Brás, sobretudo na Av. Rangel Pestana.

<sup>7</sup> Outra fonte textual consultada foi o periódico Correio Paulistano, entre os anos 1890-1900, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03. Jul. 2015; 03. Jan. 2016.

documentação, produzida especialmente para aprovação na municipalidade de acordo com as exigências legais, sobretudo aquelas ligadas às normativas higiênicas descritas no Código Sanitário de 1894 e no Código de Posturas de 1886.

A promulgação desses códigos marcou pela primeira vez em São Paulo a ação do Estado sobre o espaço doméstico (LEMOS, 1999). Embora o objetivo maior fosse a normatização das moradias pobres, principalmente os cortiços, a prescrição de medidas higiênicas tornava-se padrão no projeto das mais variadas tipologias residenciais<sup>8</sup>. A legislação havia tornado obrigatória a presença de instalações sanitárias, indicando sua posição dentro da organização espacial, assim como algumas especificações técnicas e materiais. O Código Sanitário de 1894 exigia a locação de cozinhas e banheiros afastados dos cômodos de repouso, numa espécie de compartimentação similar ao zoneamento da moradia burguesa<sup>9</sup>. O revestimento do piso e paredes deveria ser com material impermeável até 1.50 metros de altura, pelo menos, com as peças de louça fixas, esmaltadas e laváveis, e o uso de sifão hidráulico obrigatório para a pia e latrina, esta última com a exigência de fluxo de água da descarga (HOMEM, 1993, p. 8).

Se por um lado a influência da normativa na formulação desses ambientes é evidente, a sua viabilidade e concretização só era possível graças à implantação das redes de saneamento e a comercialização de aparatos técnicos. Segundo Lemos (1999) e Homem (1993), a organização e a ampliação da rede de água e de esgotos e a chegada do equipamento sanitário, este todo importado inicialmente, como as torneiras, a privada, sifão, a azulejaria etc. foram fatores que permitiram o banheiro e a cozinha dentro da casa, uma vez que haviam se tornado lugares mais limpos e desprovidos de umidade (HOMEM, 1993, p. 8). De fato, ao analisar os dados levantados pela amostragem (50 plantas entre os anos 1900-1901), as habitações projetadas com banheiro integrado ao edifício (*tipo B e C*) situavam-se sempre nas zonas cobertas pela infraestrutura sanitária.

Como já citado anteriormente, nas regiões destituídas de sistema de esgoto, o Código Sanitário de 1894 tolerava as fossas fixas, contanto que fossem construídas

---

<sup>8</sup> Em alguns casos, tais medidas já estavam consolidadas, como os palacetes e casarões mais abastados, por influência do programa das residências burguesas da Europa.

<sup>9</sup> Setorização da casa em zonas de serviços, estar e repouso.

fora da habitação. Da mesma forma, a lei municipal nº 498 - de 14 de dezembro de 1900 - indicava para a habitação operária que, na falta de água canalizada, a latrina deveria ser instalada do lado externo, distante pelo menos 3 metros de qualquer parede, muro ou cerca divisória, com as devidas precauções para que fosse completamente estanque e arejada.

"A boa prática sanitária" era uma realidade distante ainda de muitas habitações, não apenas pela insuficiente abrangência das redes de água e esgoto, como também dos problemas técnicos de instalação. Dos projetos analisados, um número expressivo daqueles que não apresentavam banheiro estava inserido em zonas do mapa cobertas pelo serviço, como Bela Vista, Liberdade e Brás (este último em maior ocorrência). Tratam-se justamente de bairros que, segundo estudo sobre os relatórios da RAE e a pesquisa em periódicos<sup>10</sup> da época, sofriam com frequência com problemas técnicos de abastecimento e esgotamento, ou simplesmente não tinham sua área totalmente dotada da infraestrutura. Seja pela dificuldade com a topografia ou a captação, ou ainda, pela falta de recursos (e prioridades), a situação definitivamente não era tão homogênea quanto parece estar representada nas plantas da RAE.

Deve-se levar em conta que a questão do saneamento básico, ainda que pelo "viés jurídico" partisse da premissa que era oferecida à totalidade da população, a ligação domiciliar deveria ser requisitada pelo morador, cabendo a ele dotar a sua residência dos equipamentos necessários para receber os serviços desta natureza no interior doméstico - o que nem sempre era possível dado os altos custos do material importado. Ao poder público, a responsabilidade era prover a via pública de infraestrutura e a ligação domiciliar, assim como a fiscalização e cobrança dos serviços<sup>11</sup>.

Dessa maneira, mesmo localizados nos bairros [aparentemente] servidos de água e esgoto, os projetos que não apresentavam instalação sanitária ou indicavam a latrina do lado externo da casa (*tipo A*) poderiam conter fossas - até irregulares, por isso a

---

<sup>10</sup> Correio Paulistano, entre os anos 1890-1900, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03. Jul. 2015; 03. Jan. 2016.

<sup>11</sup> O estudo sobre as responsabilidades da RAE em relação às ligações domiciliares, a manutenção e a cobrança de taxas está ainda em andamento. Sabe-se que a partir de 1895 o uso do hidrômetro passou a ser obrigatório para a medição do consumo de água.

omissão na documentação - ou simplesmente possuir um programa que remontava ainda aos tempos do Império, ligado aos antigos métodos de captação e despejo da água. De qualquer modo, se a permanência dessas tipologias é uma dúvida, o advento da planta com o cômodo do banheiro - anexado ou integrado ao corpo do edifício da casa - é uma certeza em relação à nova articulação da casa ao meio urbano. O 'habitat', como muitos autores denominam (CORREIA, 2004; BÉGUIN, 1991), é a definição da moradia enquanto parte integrante da cidade, a partir da redefinição de suas formas de uso, em um novo contexto de urbanização. As modalidades inéditas de morar fazem parte da inserção da cidade na esfera da modernidade, em que o progresso da tecnologia passa a interferir ativamente na vida cotidiana da cidade, alinhando-a ao sistema de valores burgueses vigentes nos países industrializados. A reconfiguração do espaço faz parte desse projeto, a começar pela própria intervenção sanitária com a implantação das redes de saneamento, nos âmbitos urbano e doméstico. Impactos profundos são sentidos no uso dos espaços e nas relações da família, do trabalho e, principalmente, do indivíduo com seu corpo e sua casa.

Não é à toa que as tipologias residenciais com banheiro (*tipos B e C*) surgem justamente nos bairros onde se concentram as moradias dos grupos mais abastados da cidade, cuja mentalidade já se identificava com os modos de vida pautados pelo cosmopolitismo e sociabilidade burguesas. As melhorias urbanas, que incluíam além dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, o fornecimento de energia elétrica, limpeza pública, pavimentação e arborização) privilegiavam esses setores da cidade, ainda que a maior demanda se concentrasse em outras localidades. Segundo Rolnik (1997, p. 132), o critério para oferta de infraestrutura não tinha uma relação direta com a densidade demográfica, o que gerava uma grande desigualdade de condições urbanísticas na cidade. Tal discrepância servia para o mercado imobiliário fixar valores diferenciados entre as localidades das habitações, definindo um novo modo de apropriação da cidade que acirrava as disparidades entre os grupos sociais por meio das condições que desenvolviam seus modos de vida tanto no espaço urbano quanto no espaço doméstico.

## **conclusão**

O cruzamento entre as fontes documentais - plantas da cidade com as redes de saneamento e as plantas residenciais - possibilita uma leitura em diferentes níveis da realidade. As escalas de apreensão do espaço, assim como as esferas de atuação - pública (cidade) e privada (casa), propiciam entradas diferentes sobre um mesmo fenômeno que, ao ser correlacionadas, podem expandir significativamente a potência de análise.

Para estudar os novos modos de morar, sob a perspectiva da higiene e do conforto, é preciso compreender como se constituiu o novo habitat (isso inclui não apenas o espaço doméstico, como o espaço urbano). Analisar os eventos desse processo - sejam os sucessos, os conflitos, as dificuldades, ou ainda, as permanências e as transformações - em seus diferentes níveis de atuação, torna-se fundamental para verificar a relação que a materialidade estabeleceu na conformação de uma nova realidade alinhada aos ideários da vida moderna.

## **referências bibliográficas**

- BARBUY, Heloisa. **A Cidade-exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Trad. Jorge Hajime Oseki. **Espaço e Debates**, n. 34, 1991, p. 39-53.
- BERNARDINI, Sidney Piochi. **Construindo infraestruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)**. Tese (Doutorado) - FAUUSP, 2007.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- Bruno, Ernani da Silva. Água e abastecimento. In: **História e tradições da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro, José Olympio, v.3, 1954, pp. 1105-1128.
- BRYSON, Bill. **Em casa: uma breve história da vida doméstica**. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.xx-yy.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. "Da cidade narrada à história da cidade: a literatura como fonte para a história urbana". **Anais III ENANPARQ arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**, São Paulo, 2014.

CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875 -1892. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo.v.13, n.2, p. 189-232. jul.-dez. 2005.

CARPINTERO, Marisa V. T. Imagens do Conforto: A Casa Operária nas Primeiras Décadas do Século XX em São Paulo. In: BRESCIANI, Stella (org.). **Imagens da Cidade - Séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2008.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil - 1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

COWAN, Ruth. Industrial Revolution in the Home: Household Technology and Social Change in the 20th Century. In: **Technology and Culture**, Vol. 17, No. 1 (Jan., 1976), pp. 1-23.

DANT, Tim. **Material Culture in the Social World**. Buckingham, Open University Press, 1999, p. 40-59.

ELEB, Monique; DEBARRE, Anne. **L'invention de l'habitation moderne - Paris 1880-1914**. Paris: Hazan/Archives de l'Architecture Moderne, 1995.

FORTY, Adrian. **Objetos de Desejo: Design e Sociedade desde 1750**. São Paulo: Cosac &Naify, 2007.

GIEDION, Siegfried. **La mecanización toma el mando**. Barcelona : Gustavo Gili S.A., 1978, p.489-719.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. Mudanças Espaciais na Casa Republicana. A Higiene Pública e Outras Novidades. **Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**. São Paulo, n.3, jun. 1993, pp. 5-18.

LEMOS, Carlos A.C. **Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café**. São Paulo: Nobel, 1985.

LEMOS, Carlos A.C..**Cozinhas, etc.:** Um Estudo sobre as Zonas de Serviço da Casa Paulista. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

LEMOS, Carlos A.C..**A República ensina a morar** (melhor). São Paulo: Hucitec, 1999. (Estudos Históricos, 39).

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **Historia da Vida Privada no Brasil**. v.3. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 131-214.

MALDONADO, Tomas. The Idea of Comfort. **Design Issues**. Cambridge, v.8, n.1, p. 35-43, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, proposta cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 11-36 – 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das Cidades Brasileiras - Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. In: **Revista USP**, São Paulo, nº 30, junho/ agosto 1996, pp. 144-155.

NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogerio Forastieri da (Orgs.). v.1. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.(Estudos Urbanos Série Arte e Vida Urbana).

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: pequena história de uma ideia**. Tradução de Betina von Staa. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 131-222.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. **Espaço & Debates**, n. 37, v. XIV, 1994, pp.19-33

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.). **História do corpo no Brasil**. Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. **Domando as águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. (Introdução). In: \_\_\_\_\_ (org.) **Historia da Vida Privada no Brasil**. v.3. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 7-48.

SILVA, João Máximo da. **Cozinha modelo: o Impacto do Gás e da Eletricidade na Casa Paulistana (1870-1930)**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. "Projeto é documento: a experiência de pesquisa na coleção Jacques Pilon da Biblioteca da FAU-USP". **Anais III ENANPARQ arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon, 1930-1960**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2012.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: Uma história da higiene corporal**. Tradução do Francês: Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



### ***fundos e acervos pesquisados -***

Arquivo Público do Estado de São Paulo. acervo digital - Disponível em [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital). Acesso em: 30. Jul. 2015.

Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Diretoria de Obras e Viação. Edifícios Particulares.

Acervo Digital da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em - <http://www.al.sp.gov.br>. Acesso em 30.Jul. 2015.

Acervo Digital da Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em - <http://www.camara.sp.gov.br>. Acesso em 30.Jul. 2015.

Acervo Estadão. Acervo digital d'O Estado de São Paulo. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br>. Acesso em 31.Jul.2015.

Biblioteca Mário de Andrade - Coleção Geral e Seção de Obras raras e especiais.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03. Jul. 2015; 03.Jan.2016.